CDU 929.2

JOSÉ DE ALENCAR — Notas de família

Antônio de Alencar Araripe

Do casamento de Martinho Pereira do Rego com Dorotéia Alencar, natural de Viana do Castelo, Província de Minho, Arcebispado de Braga, Portugal, provém Joaquim Pereira de Alencar, casado com Teodora Rodrigues da Conceição, que são os pais de: a) Bárbara; b) Leonel e c) Inácia (Pereira de Alencar) e outros filhos.

Bárbara, nascida na fazenda Caiçara, outrora Freguesia de Cabrobó, Pernambuco, casou-se com o português José Gonçalves dos Santos, oriundo de Aroma, do Bispado de Lamego (filho de João Gonçalves e Maria Manoela) e conta entre os seus filhos os de nomes: a) José (Martiniano de Alencar) e b) Tristão Gonçalves, que, por sentimento nativista, substituiu o sobrenome "Pereira de Alencar" por "Alencar Araripe".

José Martiniano, estudante de Retórica do Seminário de Olinda e associado da organização política Academia do Paraízo, que promoveu a Revolução de 1817, a 3 de maio desse ano, arvorou em Crato a bandeira do movimento subversivo, sendo, afinal, preso, submetido a processo, confisco de bens e torturas, com sua mãe e irmãos.

Esses membros da família Alencar foram conduzidos, algemados e de corrente ao pescoço, para o cárcere da Bahia, onde tiveram por companheiros de prisão Antonio Carlos Andrade Machado e outras vítimas do despotismo reinante.

Relacionando os brasileiros que integraram a Corte de

Lisboa, salienta Otávio Tarquínio de Sousa que o representante do Ceará, José Martiniano, "sofreu mais do que ninguém, porque não só fora preso, como vira sua mãe encarcerada por mais de três anos". (Artigo "Um Homem de 1817" inserto em *O Povo,* de 10/11/1950).

Representante do Ceará nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte de 1824, o mesmo só estivera fora do parlamento nacional daí em diante, quando se deixou de eleger em virtude da participação no movimento revolucionário da República do Equador, após o qual, em 1829, foi optando pela cadeira conferida por seus conterrâneos.

Presidiu a Câmara dos Deputados em 1831 e empossou-se Senador a 1º de maio do ano seguinte. Sobre as destacadas atividades de José Martiniano nas duas casas do parlamento nacional, afirmou o deputado Joaquim Bento: "Na Câmara dos Deputados assumiu e conservou uma posição de imensa preponderância, constituindo-se o chefe da deputação de quase todas as províncias do Norte, e, como tal, influiu poderosamente em todos os grandes acontecimentos políticos, que se operaram no país até 1848. Senador desde 1832, ele não fizera de sua cadeira vitalícia o assento do ódio e da indiferença; foi sempre o mesmo liberal de 17, 24, 31 e 40, sendo o primeiro que levantou neste último ano a idéia da maioridade, cujo projeto saiu de sua casa para ser apresentado nas Câmaras."

Pedro Calmon, em seu livro *Rei Filósofo,* assegura, como o fizeram outros historiadores, que foi o "rijo presbítero-revolucionário do Ceará, Fouché do Nordeste bronzeado pelo sol atroz de sua terra, o executor do plano de suprimento de idade do Imperador" (p. 57).

Otávio Tarquínio classifica-o como "uma das grandes figuras das campanhas contra o chamado absolutismo do Primeiro Reinado e registra que na Câmara de 1830 José Martiniano figurava entre os que "já tinham assento anteriormente nas Cortes de Lisboa ou na Constituinte e despertavam atenção e curiosidade" (Diogo Antônio Feijó, p. 92-269).

José Martiniano foi chefe do Partido Liberal do Império e governou o Ceará por duas vezes: sua primeira administração decorreu entre 16 de outubro de 1834 a 23 de novembro de 1837, quando regressou ao Rio, conforme o testemunho de seu sobrinho, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, por terra, passando pelo Crato, em visita a parentes e com o

fim de providenciar sobre propriedades que ali possuía, e tomando, na Bahia, o vapor São Salvador.

Seu segundo período de governo prolongou-se de 1840 a 1841.

Assinala João Brígido, de quem, nesse tocante, nenhum historiador cearense discorda, haver "lançado os fundamentos do progresso moral e material do Ceará, ensaiando com grande intuição do futuro quantos melhoramentos a Província mais tarde veio a reclamar indispensáveis à sua civilização."

Apontam-no Raimundo Girão, J. E. Torres Câmara, Hugo Vitor e tantos outros estudiosos dos fatos da cronologia desse setor do Nordeste como "o governante que, pela previsão, pelo espírito de progresso e pelo dinamismo de ação, não teve símile como administrador".

O "Ano Biográfico", de Macedo, citado pelo des. Paulino Nogueira, em seu trabalho "Presidentes do Ceará", inserto na *Revista do Instituto do Ceará,* depois de registrar o fato de o Senador Alencar haver promovido as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais, e de ter sofrido processo, que no Senado ficou sem conseqüências, com Vergueiro, Feijó e Padre José Bento, afirma que o mesmo exerceu a função de Secretário do Senado e foi "um dos principais diretores da maioria liberal do parlamento, mantendo-se, até 1853, nas primeiras linhas da oposição."

A propósito de seus títulos à benemerência da então Província do Ceará e do país, sustenta Macedo:

"Influência política pujante, desde 1830 até seus últimos anos, o mais alentado e prestigioso chefe do Partido Liberal no norte do Império, centro e diretor de falange parlamentar de três ou quatro províncias, autoridade sempre ouvida nos conselhos de seu partido, por vezes consultado sobre organização de ministérios, uma das alavancas da regência permanente, amigo íntimo do regente Padre Feijó, José Martiniano nunca aspirou, nem quis ser ministro, nunca ambicionou e menos pediu grandezas sociais, que o governo podia dar; elevou a muitos, e só quis e teve para si a cadeira de deputado e, depois, a de senador, que lhe deram os votos e a confiança dos seus comprovincianos, dos quais foi o mais legítimo representante. Os liberais mais adiantados, os republicanos o saudarão mártir em sua mocidade; A Constituinte, a Câmara temporária e o Senado o respeitarão em seu caráter de liberal moderado e de elemento de ordem."

A *Enciclopédia e Dicionário Internacional,* de Jackson, refere que, malograda a revolução, foi preso, com seus dois irmãos e sua mãe, dona Bárbara, algemados todos e de corrente ao pescoço, seguiram para a capital do Ceará e, depois, para a capital de Pernambuco e da Bahia.

Acrescenta: "Todos os dias que durou a prisão, eles foram de martírio e heroísmo, nos quais sobressai a atitude de dona Bárbara, varonil e a um tempo de absoluta abnegação maternal. Salvou-os a própria demora do julgamento, porventura propositada para agravação do castigo.

Arrefecidas as paixões, modificado já o sentimento político em todo o país, em 1821 foi lavrada a ordem de soltura dos presos.

No tocante à carreira política de José Martiniano, consigna a obra em apreço:

"Adotado o sistema constitucional, foi Alencar eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Constituinte de Lisboa; distinguiu-se com os mais distintos e com eles emigrou para a Inglaterra, subtraindo-se ao ato do Congresso que os retinha, em represália ao ato da independência da colonia. Chegado ao Brasil, tomou assento na Constituinte.

Político liberal, foi o orador mais vigoroso e decisivo contra o projeto do banimento dos portugueses.

Arrastaram-no os acontecimentos a tomar parte na revolução de 1824; foi preso, conduzido a Minas e ao Rio, e ficou detido até 1829.

Eleito então deputado pelo Ceará e por Minas, notabilizou-se ainda pela sua atitude enérgica e pelo seu sentimento de moderação e justiça.

Eleito senador em 1831, votou contra a vitaliciedade dos senadores. Em 1834, foi nomeado Presidente do Ceará; serviu até 1837 e estabeleceu a ordem moral e política em toda a Província, iniciou e concluiu muitas obras, pôs termo ao *deficit* antigo e deixou um saldo de duzentos contos. No Senado, novamente, foi benéfica a sua ação inteligente e prudente; como um dos autores da idéia de maioridade de Dom Pedro II, concertou em sua casa o plano dessa revolução pacífica. Redigiu e escreveu o Projeto apresentado no Senado.

Proclamada a maioridade, voltou à presidência do Ceará, mas o seu cuidado e tempo foram absorvidos em debater a sedição generalizada.

Lutou, ele próprio e vencedor foi tolerante. Tornando à oposição, viu-se envolvido, como suposto cúmplice no mo-

vimento político de 1842; defendeu-se bem e com a habitual energia.

Em 1858, fazendo-lhe o perfil biográfico, escrevia o filho já ilustre, José de Alencar:

"Poucas existências há no Brasil tão cheia de vicissitudes como a sua; poucos homens passaram por tão duras provanças e acompanharam a revolução da independência do seu país, desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino, e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espíritos extinguiam os antigos Partidos." (Galeria dos Brasileiros Ilustres — I — Os contemporâneos — S. A. Sisson).

Observa Joaquim Nabuco caracterizar o estadista, até certo ponto, o fato de assumir no presente uma atitude das mais elevadas que o homem público pode ter, que será aprovada no futuro.

José Martiniano, com sua insuperável atuação à frente dos destinos do Ceará, pode ter sido objeto de invectivas grosseiras por parte de seus adversários, mas o certo é que, à luz dos comentários emitidos por observadores desapaixonados, a esta altura goza do conceito do mais capaz administrador de que já dispomos.

Desse homem de Estado de tão elevado quilate que, vencendo a ética dogmativa pertinente à sua condição de sacerdote, fez vida marital com sua prima Ana Josefina de Alencar, é filho o escritor, jurista e parlamentar, cujo nome ora vem à baila em todo o país, ao se festejar o sesquicentenário do seu nascimento.

Em escritura pública de "reconhecimento e perfilhação de filhos espúrios" lavrada a 3 de outubro de 1853, em nota do Tabelião Francisco José Fialho (Cartório Penafiel, livro 211, fls. 136/137) José Martiniano qualificado de "Senador do Império Presbítero da Ordem de São Pedro, residente nesta Corte, em São Cristóvão, rua do Maruí, nº 7", perante as testemunhas José de Sousa Neves Júnior e Frederico Augusto Pamplona, declarou "em abono da verdade e descargo de consciência"

"que no ano de 1826, sendo Clérigo de Ordens Sacras, contraiu amizade ilícita com dona Ana Josefina de Alencar, sua prima no primeiro grau, e dela tem tido desde aquele tempo até hoje doze (12) filhos, dos quais existem oito (8) de nomes José Martiniano de Alencar, Leonel Martiniano de Alencar, Tristão Martiniano de Alencar, Maria Amélia de Alen-

car, Bárbara Augusta de Alencar, Joaquina Carolina de Alencar, Argentina Adelaide de Alencar e Carlos Martiniano de Alencar, os quais sempre reconheceu por seus filhos, e os teve em sua companhia e tratou e alimentou como tais. E como não tem herdeiros necessários ascendentes ou descendentes, declara que por esta escritura e na melhor forma de direito reconhece publicamente por seu filho os ditos José Martiniano de Alencar (seguem-se os nomes citados acima), para que como tais sejam tidos e havidos como de legal e público matrimônio, ficando assim habilitados para lhe sucederem *ab intestato* como seus legítimos herdeiros em todos os seus bens, direitos, privilégios, honras e tudo o mais que competir."

Em testamento público, com que veio a falecer, o chamado senador Alencar confirma que "por fragilidade humana" teve com sua prima Ana Josefina de Alencar os seguintes filhos que "legitima e reconhece": 1) José Martiniano de Alencar Junior, nascido a 1º de maio de 1829; 2º) Leonel (seguem-se os mesmos nomes da escritura de perfilhação).

O grande tema, por que sempre se bateu o Padre Diogo Antônio Feijó, foi a abolição do celibato.

Refere-se que "nada o enchia mais de horror do que o espetáculo, presenciado por todo o Brasil, da vida escandalosa de numerosíssimos padres, dissimulando ou exibindo amantes e filhos" como era o caso de seus companheiros na Câmara, Padre José Bento Ferreira de Melo, cuja filha fazia as honras da casa, e Padre José Martiniano de Alencar, que tão ilustre descendência deixou."

Mesmo em Fortaleza tínhamos, então, entre outros "danados coitos", de que nos fala o quarto livro das Ordenações do Reino, o de seu primo Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Vigário Geral de Fortaleza, Diretor da Instrução Pública do Estado e Deputado em algumas legislaturas, que deixou numerosa prole.

Se o pai do escritor José de Alencar é filho da heroína Bárbara, de um irmão desta, Leonel, descende a mãe do mesmo, a citada Ana Josefina, em família tratada por Senhorinha.

Daí resulta serem o Senador Alencar e sua companheira, como acusa a escritura de perfilhação, lavrada para assegurar o direito à sucessão da descendência, "primos em primeiro grau."

Leonel, casado com Maria Xavier Pereira de Carvalho, filha do Capitão José Pereira de Carvalho, de Geremoabo

(Ba.) era Capitão de Ordenança da Vila de Jardim, onde figura, em notas públicas, com a qualificação de "Capitão Comandante".

Tomou parte saliente nas revoluções de 1817, quando escapou à sanha dos inimigos, refugiando-se nos sertões baianos, e na de 1824, quando afinal foi assassinado com o filho Raimundo e o cunhado Antônio Geraldo.

Sua mulher, d. Maria Xavier, que aos 11 anos de idade perdera o pai e irmão, imolados por sicários perversos, passou pelo rude golpe do assassínio do marido e outro irmão de 26/9/1824, quando, ferida à bala na mão direito, se evadiu para o chapadão do Araripe, onde nasceu sua filha Clodes que depois veio a ser a Viscondessa de Jaguaribe.

Entre os irmãos do escritor José de Alencar, cumpre referir:

a) Leonel Martiniano, formado em direito, com o título de Barão de Alencar, diplomata, Ministro em Montevidéu, Buenos Aires e Madri;
b) Joaquina, casada com o Dr. Joaquim Bento de Sousa Andrade, que representou o Ceará no Parlamento Nacional;
c) Bárbara, casada com Manoel Antônio Guimarães Filho, descendente do Visconde de Nacar, de quem procede o deputado e senador Manoel de Alencar Guimarães, que por muitos anos, na República velha, representou o Estado do Paraná.

São filhos de José de Alencar e sua mulher Georgina Cochrane de Alencar, além de outros:

a) Ceci, casada com Álvaro Pinto Alves, do alto comércio pernambucano e sogra de Fernando Pessoa Queiroz;
b) Amélia, casada com o General Samuel Oliveira, militar e publicista de valor;
c) Mário, nascido a 30/1/1872 e falecido a 8/12/1925, homem de letras que atingiu o cimo da sua carreira, elegendo-se na vaga de José do Patrocínio, para uma das cadeiras da Academia de Letras, onde o substituiu Olegário Mariano. O Suplemento Literário de *A Manhã,* de 18/1/1942, consagra-lhe a edição que, a seu respeito, insere trabalhos encomiásticos de Tristão da

Cunha, Graça Aranha, Tristão de Ataíde, Eugênio de Castro, Jackson de Figueiredo, Goulart de Andrade, Antônio Austregésilo, Plínio Barreto e Olavo Bilac, que o considerava "poeta como poucos". Dele se disse então "ser mestre do dizer" e que "seu estilo o situa no pequeno grupo dos nossos grandes escritores: entre estes, se tem igual, não tem superior."

d) Augusto Cochrane de Alencar, Subsecretário de Estado, Embaixador em Washington.

Do avô materno de José de Alencar (Leonel) procedem, entre diversos filhos:

a) Clodes, que se casou com o Visconde de Jaguaribe, Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, magistrado, deputado, senador, Ministro do Império, deixando numerosa e importante descendência, residente, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, vinculada em Minas Gerais, às famílias Maldonado e Canabrava. É seu bisneto o escritor Helio Jaguaribe;

b) Maria Brasilina de Alencar, casada com João Franklin de Lima, de quem descendem entre outros a escritora Rachel de Queiroz, o professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, engenheiro Mário Werneck de Alencar e a esposa do general Francisco Benévolo;

c) Florinda Cândida, casada com o cirurgião Francisco José de Matos, cujas filhas Maria, Amélia, Florinda e Clotildes, esta tratada por Dondon, foram desposadas pelo magistrado conselheiro Francisco Farias Lemos, o Dr. Domingos Carlos Gerson de Sabóia, Juiz de Direito e Deputado Provincial, o Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro, Secretário de Estado, magistrado e parlamentar provinciano, e o Dr. Xilderico de Araripe Faria, de quem disse Clóvis Beviláqua: "Nasceu em Fortaleza a 2/8/1851. Passou a ser uma das robustas inteligências de sua geração. Poeta, jornalista, orador, transitou rapidamente, pela vida, pois, em 1876, quatro anos depois de formado, pôs termo à existência, atirando-se ao mar da amurada do vapor Jaguaribe que o conduzia a Recife" (*História da Faculdade de Direito de Recife*, ed. 1977, p. 139). Pertence à mesma linhagem Genserico Vasconcelos, militar de grande talento e

cultura, cujo nome ainda hoje é reverenciado no seio das Forças Armadas. É sua filha Dora Vasconcelos, que faz anos se consagrou à carreira diplomática;

d) Praxedes, casado com Antonio da França Alencar, ascendentes dos três médicos de nome: Meton, o primeiro dos quais representou o Ceará na Câmara dos Deputados;

e) Manoel Pereira de Alencar, militar, que se casou na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, com D. Flora de Faria, tia do advogado Dr. Zeferino Faria e do Dr. Antonio de Faria, Ministro da Viação, no Governo Campos Sales. Do casal em apreço nasceram filhos que se casaram nas famílias gaúchas: Azambuja, Coelho Borges, Fontoura e Leão.

No número de rebentos de Tristão Gonçalves, filho de Bárbara, mártir republicano, morto pelos imperialistas, tio de José de Alencar, contam-se: Xilderico, Neutel, Aderaldo, Carolina, casada com Antonio Ferreira Lima Sucupira e pais do bravo major Carolino Bolivar de Araripe Sucupira, Maria Dorgival, casada com Joaquim de Macedo Pimentel, de onde vêm os Araripe de Macedo e a bisavó materna da escritora Rachel de Queiroz; Tristão, magistrado, parlamentar, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e do Pará e Ministro da Fazenda no Governo Deodoro; Pedro Jaime, com descendência numerosa no Cariri e em Mombaça, e Delencarliense, militar reformado, residente no Espírito Santo, onde faleceu.

A esse ramo da família, que adotou por sobrenome a denominação do chapadão fronteiriço do Ceará e Pernambuco, pertencem, ou se vinculam, por casamento, o Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, que, com o Conselheiro Tristão, integrou o Supremo Tribunal Federal; os Ministros do Superior Tribunal Militar, Marechal Tristão de Alencar Araripe e Dr. Mário Cardoso de Castro; os professores de direito, Dr. João Thomé da Silva e Adolfo Alencar, e o professor de medicina Ernesto do Nascimento Silva; os desembargadores Arnaldo de Alencar Araripe (atual Presidente do Tribunal de Minas) Percival de Oliveira (Tribunal de S. Paulo) e Aderson Antão de Carvalho (Tribunal de Pernambuco); o crítico literário e jurista Tristão de Alencar Araripe Junior; o deputado federal Ossi-

an de Alencar Araripe e o ex-deputado federal José Rui Lino da Silveira (Acre) e o autor desta resenha, que por mais de doze anos, a contar da Constituinte de 1946, também representou o Ceará na Câmara dos Deputados; os Marechais Cláudio da Rocha Lima e Carlos Campos; os generais Manoel de Araripe Faria, Tristão Araripe, Álvaro Pratti de Aguiar, José Joaquim Pires de Carvalho, Thomé Cordeiro e Mário Velasco; o coronel Celso Freire de Alencar Araripe, os tenente-coronéis Tristão Sucupira e Luiz Alencar Araripe, aquele morto em Cocorobó, na campanha de Canudos; os almirantes Zilmar Campos de Araripe Macedo e Alfredo Pinto de Vasconcelos, os brigadeiros Joelmir C. Araripe Macedo e Angelo Godinho dos Santos.

Inácia, irmã de Bárbara, casada em primeiras núpcias com João Pereira de Carvalho e, em segundas, com Antônio de Leão da França, constitui o tronco comum, de onde promanam o Almirante Alexandrino de Alencar (Ministro da Marinha e Senador pelo Amazonas) e o Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Arcanja, filha de Inácia, casou-se com Pedro Alves de Melo Labatut, de um filho desse casal, Alexandrino de Melo Alencar, que se casou em Rio Pardo (R. G. do Sul) com Ana de Faria Alencar, nasceu o almirante Alexandrino, de cujo filho Armando, Ministro do Supremo Tribunal Federal, descendem o embaixador Fernando Ramos Alencar, o comandante da Marinha, Alexandrino Ramos de Alencar e os oficiais do exército Carlos e José Ramos de Alencar.

Ana Amélia, outro rebento de Pedro Labatut, casou-se com Tristão Antunes de Alencar, daí provindo Adelaide, casada com Augusto Gurgel, de quem é filha Antonieta, mãe do marechal Humberto.

Por sua vez, Tristão Antunes procede de Pedro Antunes de Alencar Rodovalho e Francisca Joana do Céu, ele natural da Ilha de São Michel (Portugal) e ela do Exu (Pe.) conforme consta do assento de batizado ocorrido em Cococi, em agosto de 1789.

A essa linhagem dos Alencares também pertencem os padres Antonio e Joaquim Pereira de Alencar, Joaquim e Vicente Soter, o cel. Nelson da França Alencar, de imperecível memória, em Crato, e os descendentes de Fenelon Bomílcar da Cunha.

Em trabalho escrito sobre os que lhe estavam presos, através da descendência de Leonel por laços de sangue, tempos idos escreveu João Nogueira Jaguaribe:

"Em futuro que não poderá ser determinado, os Alencar, com as tradições que têm, hão de representar ainda papel de importância no Brasil; dos rebentos que existem e vivem a vida ativa dos sertões surgirão tipos com as energias antigas da família."

Não foi destituída de base tal previsão.

Os Alencares, sem dúvida, constituem no país uma das famílias que, malgrados os martírios sofridos de rebeldia de 17 e 24, maior contribuição têm dado à causa do desenvolvimento da sua vida cultural e política.

Deles já dizia João Brígido, em artigo constante do *Unitário,* de 26-4-1906: "são materialmente valentes, quase sempre e civicamente algumas vezes; vigorosos, inteligentes e prestadios."